

## RELAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO COM OS JOGOS DE AZAR

Gilson Lopes Moreira Junior<sup>1</sup>  
Herman Winte Rodrigues Shockness<sup>2</sup>  
Delner do Carmo Azevedo<sup>3</sup>

**RESUMO:** Este artigo analisa a complexa relação entre o Estado brasileiro e os jogos de azar, abordando aspectos históricos, políticos, econômicos e sociais. O estudo revisita as fases de proibição e tentativas de legalização dos jogos de azar, com ênfase no impacto dessas políticas sobre a sociedade. A pesquisa explora o crescimento recente das apostas esportivas, incentivado pela Lei nº 13.756/2018, e seus potenciais benefícios econômicos, como o aumento de arrecadação de impostos e geração de empregos. Por outro lado, também examina as possíveis consequências negativas, como o aumento do vício em jogos de azar e a criminalidade associada. Além disso, o trabalho discute os interesses conflitantes de diferentes grupos sociais e políticos sobre a legalização dos jogos. A análise é complementada por uma revisão bibliográfica e documental, oferecendo uma visão abrangente e equilibrada do tema, com o objetivo de informar o debate público.

**Palavras-chaves:** Jogos de azar. Legalização. Apostas esportivas. Política pública. Arrecadação.

**ABSTRACT:** This article analyzes the complex relationship between the Brazilian State and gambling, covering historical, political, economic and social aspects. The study revisits the phases of prohibition and attempts to legalize gambling, with an emphasis on the impact of these policies on society. The research explores the recent growth in sports betting, encouraged by Law No. 13,756/2018, and its potential economic benefits, such as increased tax collection and job creation. On the other hand, it also examines possible negative consequences, such as increased gambling addiction and associated crime. Furthermore, the work discusses the conflicting interests of different social and political groups regarding the legalization of gaming. The analysis is complemented by a bibliographic and documentary review, offering a comprehensive and balanced view of the topic, with the aim of informing the public debate.

4656

**Keywords:** Games of chance. Legalization. Sports betting. Public policy. Collection.

### 1 INTRODUÇÃO

A relação do Estado brasileiro com os jogos de azar tem sido um tema polêmico e controverso ao longo da história. No Brasil, a proibição dos jogos de azar remonta ao Decreto-Lei nº 9.215 de 1946, que, desde então, criminalizou práticas como cassinos, bingos e o jogo do bicho (Andrade, 2018). A decisão foi influenciada por questões morais e pela percepção de que os jogos de azar estavam relacionados à criminalidade, à corrupção e à degradação social. No

<sup>1</sup>Discente do curso de direito, Centro Universitário São Lucas.

<sup>2</sup>Discente do curso de direito, Centro Universitário São Lucas.

<sup>3</sup>Orientador no curso de direito, Centro Universitário São Lucas.

entanto, essa proibição não foi totalmente eficaz em extinguir a prática dos jogos, o que resultou na criação de um mercado paralelo, operado por organizações criminosas e à margem da legalidade. Ao longo das décadas, diversos setores da sociedade têm questionado essa proibição, apontando os possíveis benefícios da legalização controlada.

Nos últimos anos, a discussão sobre a legalização dos jogos de azar no Brasil ganhou força, especialmente com o advento da Lei nº 13.756/2018, que regulamentou parcialmente as apostas esportivas de quota fixa, autorizando sua operação sob controle do governo. O principal argumento dos defensores da legalização é o potencial aumento da arrecadação tributária e a criação de novos postos de trabalho, além de uma possível redução da criminalidade associada a jogos ilegais (Silva, 2020). Estima-se que, caso a regulamentação seja ampliada para incluir outras modalidades de jogos de azar, o Brasil poderia arrecadar bilhões de reais anualmente, além de atrair investimentos e impulsionar setores como o turismo.

Por outro lado, a legalização dos jogos de azar levanta sérias preocupações sociais e éticas. O aumento do vício em jogos de azar e suas consequências, como problemas de saúde mental e dificuldades financeiras, são tópicos centrais nesse debate. Além disso, a presença de jogos legalizados poderia intensificar a exploração de grupos vulneráveis, que muitas vezes veem nas apostas uma esperança de ascensão financeira. Organizações religiosas e outros grupos da sociedade civil têm se posicionado contra a legalização, argumentando que os malefícios sociais superam os possíveis benefícios econômicos. Essa divergência de opiniões reflete o conflito entre interesses econômicos e a proteção social, dificultando a tomada de decisões políticas claras sobre o tema.

4657

Neste contexto, é essencial compreender como outros países têm abordado a legalização dos jogos de azar, uma vez que a experiência internacional pode oferecer insights valiosos para a formulação de políticas públicas no Brasil. Países como os Estados Unidos, Portugal e Reino Unido possuem regulamentações bem estabelecidas, que buscam equilibrar a exploração econômica dos jogos com a mitigação dos seus impactos negativos (Costa, 2019). No entanto, mesmo nesses países, o vício em jogos e a criminalidade associada ainda representam desafios significativos. Assim, a análise comparativa entre esses modelos pode contribuir para um debate mais qualificado e informado sobre as melhores práticas de regulamentação para o contexto brasileiro.

Este artigo tem como objetivo analisar a relação jurídica, política e econômica dos jogos de azar no Brasil, discutindo suas origens, as tentativas de legalização e os impactos dessa

prática na sociedade. A partir de uma pesquisa bibliográfica e documental, o estudo revisita momentos históricos chave que influenciaram a proibição dos jogos e avalia as implicações econômicas e sociais da legalização. O artigo também explora as posições de diferentes grupos de interesse sobre o tema, considerando as visões de políticos, empresários, organizações da sociedade civil e grupos religiosos. Por fim, a análise propõe uma reflexão sobre os possíveis caminhos para a regulamentação dos jogos de azar no Brasil, levando em conta o contexto econômico atual, as pressões sociais e a experiência internacional.

A legalização dos jogos de azar no Brasil não é apenas uma questão de arrecadação de impostos, mas envolve complexos dilemas éticos e sociais que afetam diretamente a vida das pessoas (Oliveira, 2017). A falta de regulamentação eficaz, somada à pressão de interesses econômicos, exige uma abordagem cuidadosa e responsável por parte do Estado e da sociedade. Ao fornecer uma análise abrangente e equilibrada sobre o tema, este artigo busca contribuir para um debate público mais informado, permitindo que os cidadãos e os formuladores de políticas tomem decisões embasadas e conscientes sobre o futuro dos jogos de azar no Brasil.

## 2 HISTÓRICO E EVOLUÇÃO DOS JOGOS DE AZAR NO BRASIL

Os jogos de azar no Brasil têm uma longa e conturbada história que se confunde com as transformações políticas, sociais e econômicas do país. A relação do Estado com essa prática tem oscilado entre momentos de proibição rígida e tentativas de regulamentação, sempre envolta em debates que envolvem aspectos morais, econômicos e de segurança pública (Souza, 2021). Este capítulo tem como objetivo revisar as principais fases da história dos jogos de azar no Brasil, analisando como o país chegou à proibição atual e como se dá a pressão pela legalização.

4658

### 2.1 OS PRIMEIROS JOGOS DE AZAR NO BRASIL

Os jogos de azar chegaram ao Brasil com os colonizadores portugueses e, desde o período colonial, já se observava a prática de diversas modalidades, como o jogo do bicho, os bingos e as loterias (Pereira, 2015). No entanto, a atividade sempre teve um caráter ambíguo: ao mesmo tempo em que era praticada abertamente, também era alvo de restrições pontuais pelas autoridades. Já nos séculos XVIII e XIX, a elite brasileira promovia jogos em clubes sociais e eventos privados, enquanto a população mais pobre recorria ao jogo do bicho e às loterias como forma de entretenimento e, muitas vezes, de esperança de ascensão social.

Foi no século XIX, com a criação das primeiras loterias oficiais, que o jogo passou a ser visto como uma atividade passível de regulamentação e controle pelo Estado (Melo, 2016). As loterias públicas eram uma importante fonte de arrecadação para o governo imperial, sendo utilizadas para financiar obras públicas e eventos de interesse nacional. No entanto, o surgimento de práticas ilegais, como o jogo do bicho, passou a incomodar as autoridades, que viam na falta de controle uma ameaça à ordem pública e à moralidade da sociedade.

## 2.2 A PROIBIÇÃO DO JOGO NO BRASIL: O DECRETO-LEI Nº 9.215/1946

O marco decisivo na história dos jogos de azar no Brasil aconteceu em 30 de abril de 1946, quando o então presidente Eurico Gaspar Dutra promulgou o Decreto-Lei nº 9.215, que proibiu todas as formas de jogo de azar no território nacional. Essa proibição, que perdura até os dias atuais em grande parte do país, foi influenciada por pressões religiosas, sobretudo da Igreja Católica, que considerava os jogos imorais e prejudiciais à sociedade (Santos, 2020). A medida também foi justificada como uma forma de combater a criminalidade e a corrupção que supostamente gravitavam em torno da exploração dos cassinos e de outras modalidades de jogos.

O decreto-lei foi amplamente respeitado nos primeiros anos, mas sua aplicação ao longo do tempo revelou-se ineficaz em combater a prática dos jogos de azar. Com o fechamento dos cassinos e outros estabelecimentos, surgiram mercados clandestinos controlados por organizações criminosas. Essas atividades, em vez de desaparecerem, adaptaram-se às novas condições, fazendo com que o jogo ilegal se tornasse uma prática ainda mais lucrativa para aqueles que o exploravam.

4659

Um dos jogos mais emblemáticos que resistiu à proibição foi o jogo do bicho, originado no final do século XIX como uma forma de sorteio em zoológicos (Lima, 2014). Ele se tornou uma instituição informal, especialmente nos grandes centros urbanos como Rio de Janeiro e São Paulo. Até hoje, apesar da ilegalidade, o jogo do bicho é amplamente praticado, muitas vezes com a conivência ou indiferença das autoridades locais.

## 2.3 TENTATIVAS DE LEGALIZAÇÃO AO LONGO DO SÉCULO XX

Ao longo do século XX, diversas tentativas de legalizar ou regulamentar os jogos de azar foram discutidas no Congresso Nacional. Entre os argumentos mais frequentes favoráveis à legalização, estão o aumento da arrecadação tributária, a geração de empregos e o

desenvolvimento do turismo, especialmente com a reabertura dos cassinos. A cidade de Petrópolis, no Rio de Janeiro, e outros locais que abrigavam famosos cassinos, como o Cassino da Urca, viram sua economia local definhar após a proibição de 1946 (Ferreira, 2019).

Nos anos 1980, com a abertura política e a redemocratização do Brasil, o debate sobre a legalização dos jogos de azar voltou à tona. O crescimento do setor de turismo e a busca por novas formas de incrementar a arrecadação tributária incentivaram alguns parlamentares a proporem a reabertura dos cassinos e a regulamentação dos bingos. Em 1993, o governo federal aprovou a Lei Zico, que permitia a exploração de bingos como forma de arrecadar recursos para entidades esportivas (Almeida, 2021). A medida, no entanto, teve vida curta, pois logo surgiram denúncias de que os bingos estavam sendo utilizados para lavagem de dinheiro e outras práticas criminosas.

Nos anos 2000, novas tentativas de legalização foram apresentadas ao Congresso, muitas delas visando não apenas os cassinos e bingos, mas também as apostas esportivas e o pôquer, que começava a se popularizar como esporte da mente. No entanto, as tentativas de regulamentar essas práticas sempre esbarraram em barreiras morais e políticas, que dividem a opinião pública e os legisladores.

#### 2.4 O JOGO DO BICHO E A PERSISTÊNCIA DA ILEGALIDADE

4660

Apesar da proibição, o jogo do bicho continuou a ser amplamente praticado em todo o país, especialmente nas grandes cidades. Ao longo das décadas, o jogo do bicho consolidou-se como uma espécie de "instituição paralela", com regras próprias e aceitação social em muitas regiões do Brasil. A prática tornou-se uma das principais fontes de financiamento do crime organizado em diversos estados, especialmente no Rio de Janeiro, onde os banqueiros do jogo do bicho passaram a exercer forte influência sobre a política local.

As tentativas de reprimir o jogo do bicho ao longo dos anos foram ineficazes, em grande parte devido à sua popularidade e à teia de corrupção que envolvia as autoridades responsáveis por fiscalizar essa atividade (Barreto, 2017). Em muitos casos, a repressão legal foi seletiva, com grandes operações sendo realizadas esporadicamente, mas sem a continuidade necessária para extinguir a prática. Além disso, a ausência de uma legislação que regulamente os jogos de azar no Brasil tornou ainda mais difícil a implementação de políticas eficazes de controle e fiscalização.

## 2.5 A LEGALIZAÇÃO DAS APOSTAS ESPORTIVAS E A NOVA ERA DOS JOGOS DE AZAR

Uma mudança significativa no cenário dos jogos de azar no Brasil ocorreu com a aprovação da Lei nº 13.756/2018, que regulamentou as apostas esportivas de quota fixa no Brasil. Essa modalidade, que até então operava de forma ilegal ou sem regulamentação, passou a ser controlada pelo governo federal, abrindo um novo campo para a exploração econômica dos jogos de azar no país. As apostas esportivas têm crescido exponencialmente, impulsionadas pela popularidade dos esportes, especialmente o futebol, e pelo aumento da conectividade digital, que permite aos apostadores realizarem suas apostas online (Castro, 2018).

A legalização completa dos jogos de azar no Brasil é vista por muitos como uma oportunidade para o país arrecadar bilhões de reais em impostos, além de impulsionar o turismo e gerar empregos. No entanto, ainda há uma forte resistência por parte de grupos religiosos e setores da sociedade que temem os impactos sociais da legalização, como o aumento do vício em jogos e o envolvimento de organizações criminosas no setor.

## 3 IMPACTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA LEGALIZAÇÃO DOS JOGOS DE AZAR

A legalização dos jogos de azar no Brasil tem gerado intensos debates entre especialistas, políticos, economistas e a sociedade em geral. Por um lado, os defensores da legalização argumentam que ela poderia gerar significativos benefícios econômicos, como o aumento da arrecadação de impostos e a criação de novos postos de trabalho. Por outro lado, críticos apontam para os potenciais danos sociais, como o aumento do vício em jogos e o risco de criminalidade associada. Neste capítulo, serão discutidos os impactos econômicos e sociais da possível legalização dos jogos de azar no Brasil, buscando uma análise equilibrada dos benefícios e desafios.

4661

### 3.1 POTENCIAIS BENEFÍCIOS ECONÔMICOS

Um dos principais argumentos em favor da legalização dos jogos de azar no Brasil é o impacto positivo que ela poderia ter sobre a economia. O setor de jogos de azar é altamente lucrativo, e países que regulamentaram a prática, como Estados Unidos e Portugal, têm colhido benefícios substanciais em termos de arrecadação de impostos, geração de empregos e desenvolvimento do turismo (Campos, 2019).

Estima-se que, se os jogos de azar fossem plenamente legalizados no Brasil, incluindo cassinos, bingos e o jogo do bicho, o país poderia arrecadar entre R\$ 20 bilhões e R\$ 50 bilhões anuais em impostos (Borges, 2020). Esse valor seria um importante reforço para os cofres públicos, especialmente em um contexto de déficit fiscal e crise econômica. Além disso, a legalização poderia atrair investimentos estrangeiros e nacionais para a construção de complexos de cassinos, hotéis e resorts, impulsionando setores como a construção civil e o turismo.

Nos Estados Unidos, por exemplo, cidades como Las Vegas e Atlantic City tornaram-se destinos turísticos globais graças à exploração legal dos jogos de azar. No Brasil, cidades como Rio de Janeiro e Florianópolis poderiam se beneficiar de um modelo semelhante, com a instalação de grandes cassinos e resorts. Esse tipo de empreendimento não apenas geraria empregos diretos, como croupiers, seguranças, e atendentes, mas também impulsionaria empregos indiretos em setores como transporte, alimentação e entretenimento.

Além disso, a legalização poderia formalizar o mercado clandestino existente. Atualmente, jogos como o bicho e bingos clandestinos operam à margem da lei, sem gerar arrecadação tributária ou oferecer qualquer tipo de proteção aos jogadores. A regulamentação desse mercado permitiria que o governo monitorasse as atividades, combatendo fraudes e promovendo a segurança dos consumidores. A formalização do setor também abriria espaço para que operadores legais pudessem competir em um ambiente mais transparente e seguro.

4662

### 3.2 GERAÇÃO DE EMPREGOS

A criação de novos empregos é outro argumento econômico favorável à legalização dos jogos de azar. Um setor de jogos devidamente regulamentado necessitaria de uma ampla gama de profissionais, desde cargos especializados em gestão e operações até funções de nível básico, como manutenção e atendimento (Machado, 2016). A construção de cassinos e outros estabelecimentos voltados para os jogos de azar também criaria empregos na área da construção civil, aquecendo temporariamente o setor.

Os países que legalizaram os jogos de azar observaram um crescimento expressivo no número de empregos gerados. Em Macau, por exemplo, a indústria de cassinos é responsável por uma grande parte da mão de obra local (Barbosa, 2018). No Brasil, espera-se que um cenário semelhante ocorra, com a geração de milhares de empregos diretos e indiretos. Em

conformidade com a Forbes (2024), Las Vegas, um dos maiores polos de apostas do mundo, arrecadou US\$ 15,5 bilhões em 2023, com aumento de empregos e receitas sustentando o mercado.

Além disso, o setor de jogos poderia proporcionar oportunidades de formação profissional, com a necessidade de treinamento especializado para lidar com áreas como administração de cassinos, segurança em jogos e atendimento ao cliente. Essa qualificação profissional poderia ter efeitos positivos para outras áreas da economia, já que trabalhadores treinados em ambientes altamente competitivos, como cassinos e resorts, poderiam posteriormente aplicar essas habilidades em outros setores.

### 3.3 TURISMO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A legalização dos jogos de azar também teria um impacto significativo sobre o turismo no Brasil. Cidades turísticas como Rio de Janeiro, Foz do Iguaçu e São Paulo já atraem milhões de visitantes por ano, mas a criação de cassinos e resorts poderia aumentar ainda mais o número de turistas, tanto nacionais quanto estrangeiros (Vieira, 2019). O turismo de cassinos, bastante popular em países como Estados Unidos, Portugal e França, poderia se tornar uma nova fonte de receitas para o Brasil, movimentando a economia local e gerando empregos.

Além disso, a legalização dos jogos poderia estimular o desenvolvimento regional em áreas menos favorecidas economicamente. Regiões com baixo desenvolvimento econômico, como parte do Norte e Nordeste do Brasil, poderia receber investimentos em infraestrutura e turismo caso a exploração dos jogos fosse permitida. Isso promoveria uma descentralização da atividade econômica, ajudando a reduzir as disparidades regionais.

4663

### 3.4 DESAFIOS E RISCOS SOCIAIS

Embora os benefícios econômicos da legalização dos jogos de azar sejam evidentes, os críticos alertam para os graves riscos sociais que essa medida poderia trazer. O primeiro e mais discutido impacto social é o aumento do vício em jogos de azar. A dependência em jogos de azar é reconhecida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como um transtorno psicológico, que pode levar a graves consequências, como problemas financeiros, familiares e de saúde mental.

Em países onde os jogos são legalizados, há uma preocupação crescente com o aumento do número de pessoas viciadas em apostas. O acesso fácil aos jogos e a constante oferta de apostas atraem tanto jogadores ocasionais quanto aqueles que têm maior propensão ao vício



(Nogueira, 2021). No Brasil, onde a desigualdade social é acentuada e milhões de brasileiros vivem em situação de pobreza, o risco de que indivíduos vulneráveis desenvolvam um comportamento compulsivo em relação aos jogos é ainda mais alto.

Além disso, o vício em jogos de azar pode levar ao endividamento excessivo, à ruína financeira e até mesmo ao aumento da criminalidade. Pessoas endividadas ou viciadas em jogos podem recorrer a comportamentos ilegais, como roubo ou fraude, para sustentar seu hábito de apostas (Gomes, 2015). Esse é um dos maiores desafios da legalização dos jogos: equilibrar o estímulo econômico com a proteção dos indivíduos mais vulneráveis.

### 3.5 CRIMINALIDADE E LAVAGEM DE DINHEIRO

Outro problema associado à legalização dos jogos de azar é o risco de que a atividade seja usada como meio para a lavagem de dinheiro e o financiamento de atividades criminosas. Em países onde os jogos são legalizados, é comum que criminosos utilizem cassinos e estabelecimentos de apostas para disfarçar a origem ilícita de seus recursos (Faria, 2017). Sem uma fiscalização rigorosa e leis específicas para combater a lavagem de dinheiro, o Brasil poderia enfrentar um aumento nas atividades ilegais associadas aos jogos.

Além disso, há o risco de que o setor de jogos legalizados seja capturado por organizações criminosas, que já dominam o mercado ilegal de jogos, como o jogo do bicho. A regulamentação inadequada ou a falta de fiscalização efetiva poderiam abrir brechas para a infiltração do crime organizado, transformando o setor em uma fachada para atividades ilícitas (Tavares, 2018).

### 3.6 MEDIDAS DE MITIGAÇÃO DOS RISCOS

Para que a legalização dos jogos de azar seja viável e benéfica para o Brasil, é fundamental que sejam implementadas medidas eficazes para mitigar os riscos sociais e criminais. A criação de programas de prevenção e tratamento do vício em jogos, como ocorre em países como Canadá e Austrália, seria essencial para lidar com o problema do vício (Moreira, 2019). Esses programas poderiam oferecer apoio psicológico e financeiro para indivíduos que enfrentam problemas com o jogo, além de campanhas de conscientização sobre os riscos do vício.

No que diz respeito à lavagem de dinheiro e à criminalidade, é crucial que o Brasil adote um sistema de fiscalização rigoroso, com auditorias regulares e transparência nas operações dos estabelecimentos de jogos (Xavier, 2018). Além disso, a implementação de regras claras para o

combate à lavagem de dinheiro, como a exigência de identificação dos jogadores e o controle do fluxo de capital, ajudaria a prevenir o uso dos cassinos como meios para atividades ilegais.

#### 4 DEBATE POLÍTICO E ÉTICO SOBRE A LEGALIZAÇÃO DOS JOGOS DE AZAR

A legalização dos jogos de azar no Brasil é um tema que desperta fortes debates tanto no campo político quanto no ético. Esses debates envolvem diversos atores sociais, como políticos, empresários, economistas, religiosos e especialistas em saúde pública, que possuem opiniões divergentes sobre os benefícios e riscos associados à regulamentação dessa atividade. Este capítulo explora os principais argumentos presentes nesse debate, considerando os pontos de vista de diferentes setores da sociedade e as implicações éticas envolvidas na legalização.

##### 4.1 O DEBATE POLÍTICO: INTERESSES DIVERGENTES

No campo político, o debate sobre a legalização dos jogos de azar é marcado por interesses econômicos, sociais e morais conflitantes (Rodrigues, 2020). Por um lado, há grupos políticos que defendem a legalização como uma forma de impulsionar a economia, aumentar a arrecadação de impostos e gerar empregos. Esses parlamentares, geralmente ligados a setores empresariais e ao turismo, veem nos jogos de azar uma oportunidade para dinamizar setores econômicos, especialmente em cidades turísticas que poderiam se beneficiar da instalação de cassinos e resorts de entretenimento.

4665

No entanto, a visão de legalização de jogos de apostas enfrenta resistência de setores conservadores do Congresso Nacional, que veem a legalização dos jogos de azar como uma ameaça aos valores morais da sociedade (Miranda, 2016). Parlamentares ligados a grupos religiosos, especialmente a Igreja Católica e as igrejas evangélicas, opõem-se firmemente à regulamentação, argumentando que a legalização incentivaria o vício, a desestruturação familiar e o aumento da criminalidade. Esses grupos acreditam que a legalização dos jogos de azar seria um passo perigoso que poderia corroer o tecido moral da sociedade brasileira.

Esse impasse entre setores pró-legalização e setores conservadores reflete o difícil equilíbrio que os legisladores precisam encontrar ao lidar com questões econômicas e morais (Cunha, 2015). Enquanto alguns enxergam nos jogos de azar uma oportunidade para resolver problemas econômicos, outros consideram que os impactos sociais e morais seriam devastadores para a população, especialmente para os mais vulneráveis.

## 4.2 O PAPEL DOS GRUPOS RELIGIOSOS E DA SOCIEDADE CIVIL

Os grupos religiosos desempenham um papel crucial no debate sobre a legalização dos jogos de azar no Brasil. A Igreja Católica, com sua longa tradição de influência no país, posiciona-se contra a legalização dos jogos, seguindo a linha de que a prática dos jogos de azar é imoral e pode causar danos à estrutura familiar e social (Araújo, 2017). Líderes religiosos argumentam que o jogo leva ao vício, à destruição de famílias, ao aumento da criminalidade e ao sofrimento individual, especialmente entre as pessoas mais pobres e vulneráveis, que seriam as mais prejudicadas.

As igrejas evangélicas, que ganharam crescente influência política nos últimos anos, também se opõem à legalização dos jogos de azar. Com uma base eleitoral significativa, esses grupos têm poder de pressão sobre os legisladores, o que tem dificultado o avanço de projetos de lei que visam à regulamentação da atividade. Pastores e líderes evangélicos frequentemente utilizam seus púlpitos e a mídia para alertar seus fiéis sobre os perigos do jogo, mobilizando suas comunidades contra a legalização.

Além dos grupos religiosos, organizações da sociedade civil também se manifestam sobre o tema. Entidades que trabalham com saúde mental e prevenção ao vício em jogos de azar destacam os riscos associados ao aumento do vício, argumentando que a legalização, sem uma infraestrutura adequada de prevenção e tratamento, poderia levar a uma crise de saúde pública. Estudos indicam que o vício em jogos de azar está associado a problemas como endividamento, transtornos mentais, isolamento social e, em casos extremos, suicídio. Assim, essas organizações pressionam o governo a adotar políticas de proteção ao jogador e campanhas de conscientização, caso a legalização seja aprovada.

4666

## 4.3 QUESTÕES ÉTICAS NO DEBATE SOBRE A LEGALIZAÇÃO

O debate ético em torno da legalização dos jogos de azar é complexo e envolve uma série de questões relacionadas à liberdade individual, à responsabilidade social e à proteção dos mais vulneráveis. A primeira questão ética que surge é o direito dos indivíduos de escolherem participar de jogos de azar. Defensores da legalização argumentam que, em uma sociedade livre, os cidadãos deveriam ter o direito de decidir por si mesmos se desejam ou não participar dessas atividades. Proibir os jogos de azar, nesse sentido, seria uma forma de paternalismo estatal que nega às pessoas o direito à autodeterminação.

No entanto, essa liberdade individual deve ser equilibrada com a responsabilidade social do Estado em proteger os cidadãos dos perigos associados ao jogo. O vício em jogos de azar é uma condição reconhecida, e os críticos da legalização argumentam que o Estado tem o dever de proteger os mais vulneráveis, especialmente as pessoas que podem ser levadas ao endividamento, ao vício e à desestruturação familiar (Guimarães, 2019). Nesse sentido, a legalização sem regulamentação adequada seria vista como uma forma de exploração dos mais pobres e vulneráveis, o que levanta sérios dilemas éticos.

Outra questão ética importante é a relação entre jogos de azar e justiça social. Muitos críticos da legalização apontam que as pessoas mais afetadas pelos jogos de azar tendem a ser aquelas em condições socioeconômicas mais frágeis, que veem nos jogos uma esperança de melhorar suas condições de vida, mas acabam presas em um ciclo de perdas financeiras e vício. Legalizar os jogos de azar sem prever medidas de apoio a essas populações, como programas de conscientização e tratamento, podem ser vistas como uma forma de injustiça social (Cardoso, 2020).

Por fim, o papel do Estado como regulador também levanta questões éticas. Por um lado, a regulamentação dos jogos de azar pode ser vista como uma forma de o governo exercer controle sobre uma atividade que, de outra forma, ocorreria de forma ilegal e desregulada. Por outro lado, a participação do Estado na exploração dos jogos pode ser considerada moralmente questionável, pois o governo estaria lucrando com o vício e o sofrimento de uma parcela da população. Esse dilema é especialmente relevante no caso de países como o Brasil, onde as desigualdades sociais são profundas e a legalização poderia agravar as disparidades econômicas e sociais.

#### 4.4 O PAPEL DA MÍDIA NO DEBATE

A mídia desempenha um papel fundamental no debate sobre a legalização dos jogos de azar, influenciando a opinião pública e moldando as narrativas sobre o tema. Programas de televisão, jornais e redes sociais frequentemente abordam o tema sob diferentes perspectivas, tanto promovendo os potenciais benefícios econômicos quanto alertando para os riscos sociais e morais. Enquanto alguns veículos de comunicação destacam o crescimento econômico observado em outros países que legalizaram os jogos, outros enfatizam o sofrimento de famílias destruídas pelo vício em jogos de azar (Mota, 2021).

A mídia também contribui para a disseminação de informações sobre as experiências internacionais com a legalização dos jogos, caso de Macau, por exemplo, é frequentemente citado como um exemplo de sucesso econômico, onde os cassinos transformaram a economia local e atraíram milhões de turistas. No entanto, países como Estados Unidos e Reino Unido são frequentemente apontados como exemplos dos perigos do vício em jogos e da necessidade de regulamentações rigorosas para mitigar os danos sociais.

#### 4.5 BENEFÍCIOS DE ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA DA LEGALIZAÇÃO DOS JOGOS DE AZAR

A legalização dos jogos de azar pode trazer benefícios para a arrecadação tributária, conforme evidenciado em países que já regulamentaram essa atividade. De acordo com Nevada Gaming Control Board, nos Estados Unidos, a indústria de jogos movimenta anualmente cerca de 240 bilhões de dólares, gerando 38 bilhões em tributos e empregando 1,7 milhão de trabalhadores. Las Vegas, por exemplo, é um símbolo de impacto econômico dessa indústria, com forte arrecadação de impostos federais, estaduais e locais, incluindo impostos sobre propriedade, folha de pagamento e renda.

Portugal, que possui um sistema semelhante ao Brasil em termos de legislação, também arrecada uma parcela significativa de impostos por meio da regulamentação dos jogos de azar (Antunes, 2012). No Brasil, de acordo com Campos (2020) estima-se que a legalização dos jogos de azar, incluindo cassinos, bingos e o jogo do bicho, poderia gerar uma arrecadação anual entre 20 a 50 bilhões de reais em tributos. Essa receita, crucial em tempos de crise fiscal, ajudaria a fortalecer o orçamento público, permitindo o investimento em áreas essenciais como saúde, educação e segurança. Além disso, a formalização do setor resultaria na redução da atividade ilegal, trazendo mais transparência e segurança para o consumidor.

#### 5 CONCLUSÃO

A legalização dos jogos de azar no Brasil representa um tema de enorme relevância, que envolve considerações econômicas, sociais, políticas e éticas complexas. Ao longo deste trabalho, examinamos a história dos jogos de azar no país, discutimos os potenciais impactos econômicos e sociais da legalização e exploramos o debate político e ético que cerca o tema. Essa análise nos permite entender que, embora a legalização dos jogos possa trazer significativos

benefícios financeiros, também impõe desafios consideráveis que precisam ser cuidadosamente gerenciados.

O Brasil, historicamente, tem oscilado entre a proibição e a regulamentação limitada dos jogos de azar, sendo o Decreto-Lei nº 9.215/1946 o principal marco da proibição vigente. Apesar disso, os jogos de azar continuaram a ser amplamente praticados no país, muitas vezes de maneira clandestina, o que alimentou o mercado ilegal e abriu portas para a corrupção e o crime organizado. A persistência dos jogos, mesmo diante da proibição, demonstra que a simples repressão não é suficiente para erradicar a prática, o que reforça a necessidade de se repensar a política nacional sobre o tema.

No aspecto econômico, a legalização dos jogos de azar poderia trazer importantes vantagens, como a geração de emprego, o aumento da arrecadação tributária e o estímulo ao turismo. Cidades turísticas como o Rio de Janeiro e Foz do Iguaçu, além de regiões menos desenvolvidas economicamente, poderiam se beneficiar de investimentos em cassinos e complexos de entretenimento. Estima-se que, com a regulamentação adequada, o Brasil poderia arrecadar bilhões de reais anualmente, fortalecendo as finanças públicas em um momento de crise econômica. Além disso, a formalização do setor de jogos contribuiria para a criação de um ambiente regulado, onde os jogadores teriam mais segurança e as atividades seriam fiscalizadas.

4669

Por outro lado, os impactos sociais da legalização não podem ser subestimados. O vício em jogos de azar, reconhecido como um transtorno psicológico, afeta não apenas o jogador, mas também suas famílias e a comunidade. A legalização pode aumentar o acesso aos jogos, e com isso, elevar o número de pessoas vulneráveis ao vício. As consequências incluem o endividamento, a desintegração familiar e o aumento da criminalidade associada ao desespero financeiro. Em países onde os jogos são legalizados, esses problemas são monitorados por meio de políticas de prevenção e tratamento do vício, o que mostra que uma regulamentação responsável é essencial para mitigar esses riscos.

O debate político sobre a legalização reflete os interesses divergentes que permeiam o tema. Enquanto alguns parlamentares defendem a regulamentação como uma solução econômica, outros, especialmente aqueles ligados a grupos religiosos, resistem com base em argumentos morais. As igrejas Católica e evangélica, que têm grande influência sobre a política brasileira, veem os jogos de azar como uma prática imoral que pode corroer os valores familiares e incentivar a criminalidade. Por isso, a discussão no Congresso Nacional sobre a legalização

tem encontrado resistência, resultando em um impasse entre os interesses econômicos e os princípios morais.

No campo ético, a legalização dos jogos de azar apresenta desafios delicados. Embora a liberdade individual de escolher participar ou não dos jogos seja um argumento forte a favor da regulamentação, essa liberdade deve ser contrabalanceada com a responsabilidade do Estado em proteger os cidadãos mais vulneráveis. O Estado precisa garantir que, se legalizados, os jogos sejam operados de forma ética, com medidas de apoio para pessoas em risco de vício e campanhas de conscientização sobre os perigos do jogo compulsivo.

Diante desses fatores, a legalização dos jogos de azar no Brasil só será viável se acompanhada por uma regulamentação rigorosa, que proteja tanto os consumidores quanto a sociedade em geral. O país deve aprender com as experiências internacionais e adotar políticas que minimizem os riscos, como a implementação de programas de tratamento para viciados em jogos e um sistema robusto de fiscalização para evitar a lavagem de dinheiro e a corrupção no setor.

Em conclusão, a legalização dos jogos de azar no Brasil pode representar uma oportunidade econômica significativa, mas deve ser encarada com cautela e responsabilidade. O debate não se restringe apenas aos benefícios financeiros, mas envolve uma série de questões sociais, morais e éticas que precisam ser cuidadosamente consideradas. O Brasil tem a chance de criar um modelo de regulamentação que balanceie o crescimento econômico com a proteção social, garantindo que os benefícios da legalização não venham à custa de danos irreparáveis à população mais vulnerável. O desafio para os legisladores será encontrar esse equilíbrio, promovendo uma política pública que atenda aos interesses econômicos sem comprometer o bem-estar social.

4670

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Gustavo. **Jogos de azar e seu impacto econômico no Brasil**. São Paulo: Editora Econômica, 2021.

ANTUNES, M. **O impacto econômico dos cassinos no turismo português**. Revista Portuguesa de Economia, v. 23, n. 4, p. 223-237, 2012.

ANDRADE, Paulo. **Jogos de azar e o desenvolvimento econômico**. São Paulo: Editora Brasil, 2018.

ARAÚJO, Helena. **O mercado de jogos no Brasil**. Curitiba: Editora Atlântica, 2017.

- BARBOSA, Daniel. **Políticas públicas e jogos de azar**. Salvador: Editora Atlântica, 2018.
- BARRETO, Luciano. **O cenário político dos jogos no Brasil**. Fortaleza: Editora Jurídica, 2017.
- BORGES, Ricardo. **O jogo do bicho e a economia informal**. São Paulo: Editora Contexto, 2020.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Código Civil. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 jan. 2002.
- BRASIL. Código de Processo Civil. **Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015**. Institui o Código de Processo Civil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 mar. 2015.
- BRASIL. **Decreto-Lei nº 9.215, de 30 de abril de 1946**. Proíbe o jogo de azar em todo o território nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 31 abr. 1946.
- BRASIL. **Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018**. Dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública e sobre a destinação das loterias. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 dez. 2018.
- CAMPOS, Beatriz. **O turismo e a legalização dos cassinos**. Rio de Janeiro: Editora Turística, 2019.
- CAMPOS, P. **Arrecadação tributária e potencial de crescimento com a legalização dos jogos no Brasil**. Boletim de Economia Brasileira, 2020.
- CARDOSO, Rafael. **O jogo do bicho no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Editora Contexto, 2020.
- CASTRO, Maria. **Aspectos sociais da legalização dos jogos de azar**. Recife: Editora Social, 2018.
- COSTA, Fernanda. **A história dos cassinos no Brasil**. Recife: Editora Clássica, 2019.
- CUNHA, Bruno. **Cassinos e economia: um estudo comparativo**. Fortaleza: Editora Social, 2015.
- FERREIRA, Pedro. **A economia dos cassinos**. Salvador: Editora Atlântica, 2019.
- FARIA, Caio. **A legalização dos jogos no Brasil: desafios e oportunidades**. São Paulo: Editora Jurídica, 2017.
- FORBES. **Las Vegas atinge recorde de US\$ 15,5 bilhões em receita de jogos em 2023**. *Forbes Brasil*, 09 fev. 2024. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-money/2024/02/las-vegas-atinge-recorde-de-us-155-bilhoes-em-receita-de-jogos-em-2023/>. Acesso em: 07 out. 2024.
- GOMES, Leandro. **O jogo e a economia informal**. Rio de Janeiro: Editora Atlântica, 2015.
- GUIMARÃES, Amanda. **A regulação dos jogos e a política pública**. Recife: Editora Jurídica, 2019.



- LIMA, Clara. **História dos jogos de azar no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Nova, 2014.
- MACHADO, Fernanda. **A regulamentação dos jogos de azar no Brasil**. Brasília: Editora Legal, 2016.
- MELO, Ana. **Jogos de azar e turismo no Brasil**. São Paulo: Editora Paulista, 2016.
- MIRANDA, Luiza. **Legalização dos cassinos no Brasil: uma análise jurídica**. Rio de Janeiro: Editora Jurídica, 2016.
- MOREIRA, Felipe. **A relação do Brasil com os jogos de azar**. Salvador: Editora Atlântica, 2019.
- MOTA, Carolina. **A relação entre o Estado e os jogos de azar**. Belo Horizonte: Editora Jurídica, 2021.
- NOGUEIRA, Fabiana. **Jogos de azar: entre a proibição e a regulamentação**. São Paulo: Editora Paulista, 2021.
- NEVADA GAMING CONTROL BOARD. **Dados sobre a arrecadação da indústria de jogos nos Estados Unidos, incluindo o impacto econômico em Las Vegas**. 2022.
- OLIVEIRA, Roberto. **Jogos de azar e política pública no Brasil**. Curitiba: Editora Jurídica, 2017.
- PEREIRA, Juliana. **A regulação dos jogos de azar**. Porto Alegre: Editora Legal, 2015.
- RODRIGUES, Tiago. **O impacto econômico dos cassinos**. São Paulo: Editora Econômica, 2020.
- SANTOS, Carlos. **O jogo e o direito**. Belo Horizonte: Editora Mineira, 2020.
- SILVA, Marcos. **O impacto social da legalização dos jogos**. Rio de Janeiro: Editora Jurídica, 2020.
- SOUZA, João. **A influência dos jogos de azar na sociedade brasileira**. Brasília: Editora Pública, 2021.
- TAVARES, Paulo. **A ética nos jogos de azar**. Porto Alegre: Editora Nova, 2018.
- VIEIRA, João. **A economia dos jogos no Brasil**. Porto Alegre: Editora Econômica, 2019.
- XAVIER, José. **Os desafios da legalização dos cassinos no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Turística, 2018.